

A hegemonia e o paradoxo do público e do privado. Contribuição à crítica do conceito habermasiano de espaço público*

ALEX DEMIROVIC**

1. Em geral, o público e o privado foram entendidos, de maneira essencialista, como duas áreas separadas da sociedade moderna. Há boas razões para isso. Em primeiro lugar, há a separação entre o lugar de moradia e o lugar de trabalho, que Weber considerou uma das características centrais do processo ocidental de racionalização. Como um resultado de tal separação, os homens tornaram-se chefes de família, cada um governando, sustentando e representando a sua família na vida social. As mulheres, por outro lado, sob a direção dos maridos, assumem a responsabilidade pelas tarefas domésticas, criação dos filhos, supervisão da criadagem e funções representativas. Em resumo, elas precisam ser frugais, ordeiras e diligentes, além de, ao mesmo tempo, sensíveis, afetuosas, de bom gosto e cultivadas, pois o lar pode ser também um lugar de debate público e discussão estética. Cidadãos e cidadãs aí se encontram e expressam suas posições a respeito da moda, da educação e formação, dos costumes, gostos, questões morais, tudo o que é considerado necessário para a manutenção do estilo de vida apropriado à sua classe. Eles se observam mutuamente quanto às transgressões e catástrofes privadas, e as sancionam sempre que não constituírem perigo para o *status quo*.

* Tradução de Marcos Barbosa, professor da Faculdade de Educação, USP.

** Ex-pesquisador do Instituto de Pesquisa Social: atualmente, professor de Sociologia na Universidade de Frankfurt, Alemanha.

Uma segunda razão para conceber o público e o privado como duas áreas separadas da sociedade moderna é a separação entre economia e política. Aqui, o privado inclui tanto o lugar da moradia quanto o dos negócios. A empresa, a fábrica e o escritório estão todos sob o controle do proprietário do capital. Embora esses sejam na verdade espaços públicos onde indivíduos participam da vida social e se comunicam uns com os outros, onde se integram na divisão social do trabalho e entram numa forma global de socialização, onde encontram reconhecimento social por suas capacidades e habilidades, e onde ganham a vida, nada disso conta como público. Apenas a política e o Estado são vistos como espaço público.

Esse espaço público é onde os cidadãos proprietários se encontram. Eles trocam idéias em cafés e tavernas, e demonstram sua capacidade de raciocinar em conversas conduzidas publicamente. Ao discutir artigos de jornal julgam a literatura, as políticas governamentais e as leis que se aplicam a eles, e com esta discussão crítica afirmam seu direito de exercer influência sobre todos esses domínios. As discussões públicas e a mídia são os lugares da democracia na fase pré-democrática da dominação burguesa: elas reivindicam representar a soberania democrática do povo em relação ao Estado. Pois na mídia os cidadãos trocam idéias a respeito de seus interesses econômicos e políticos, ao mesmo tempo levantando objeções e fazendo sugestões relativas às políticas. Enquanto não havia partidos políticos, parlamentos em sessão contínua, ou políticos profissionais, eram os jornalistas, na verdade, que praticavam a política como uma esfera de ação independente a longo prazo e que, portanto, atuavam como um controle sobre a administração governamental.

Assim, o lar e a família são distintos da área dos interesses econômicos privados, sendo estes constituídos pela burguesia e pelos trabalhadores dentro de uma estrutura de relações sociais globais. A família, entretanto, também é distinta do espaço público – o espaço da política e do governo e das decisões compulsórias, onde *citoyens* podem e devem afirmar sua influência por meio de argumentos racionais. Num exame mais atento, então, o privado e o público se dividem em quatro áreas: o lar da família; os negócios; a opinião pública organizada por partidos políticos e pela indústria cultural; e, finalmente, a administração e a política governamentais.

O lar, comparado com as outras três, é a área menos pública; e ainda assim não é privada, uma vez que está sujeita à lógica das outras. Isso é verdadeiro sobretudo à luz dos interesses por parte das esferas dos negócios, da opinião pública e do governo na reprodução generativa, socializadora e habitual da própria burguesia. O chefe de família a via como um meio de legar sua propriedade. As mulheres deviam ser mantidas sob controle de modo a garantir que todos os filhos fossem realmente daquele pai. Era importante criar o herdeiro de maneira tal que lhe permitisse enfrentar a dureza de sua futura vida de trabalho – conduzir um negócio, administrando os subordinados e dirigindo sua mulher e filhos. Quanto

a isso, as mulheres não eram confiáveis como agentes de uma educação adequada. Em consequência, as crianças eram submetidas à escolarização compulsória, os filhos sendo enviados a colégios internos para se socializarem desde muito jovens nos rigores da rede masculina de relações e nos costumes coletivos de sua classe. O Estado monitorava os desenvolvimentos demográficos, assim como a disseminação de moléstias, e os óbitos; sancionava um modo de vida normativo; e colocava os desvios físicos e mentais sob vigilância dando-lhes a marca da exclusão. O público desenvolveu um interesse pela eugenia e pela saúde do sangue e do material genético; pela fertilidade e capacidade reprodutiva das mulheres e pela fertilidade dos cônjuges; e por práticas de saúde, que poderiam conduzir não apenas à destruição da família mas também constituir um fardo para a comunidade. A indústria cultural desenvolveu modelos de intimidade heterossexual, do primeiro namoro à criação dos filhos, que se espalharam pelo mundo. Tais modelos criaram não apenas um mundo de imagens mas uma prática cultural coletiva consistindo de vários elementos tais como cosméticos, roupas, revistas, concursos de beleza, dietas, padrões de comunicação e práticas sexuais. As relações dos casais e as relações familiares são, em suas práticas mais íntimas, instituições controladas, monitoradas e reguladas não privada mas publicamente.

2. O “privado” e o “público” são, como termos sociológicos, imprecisos demais para caracterizar esferas definidas. Por essa razão sugiro vê-los como um *dispositif* simbólico, um instrumento simbólico, uma ordenação simbólica que organiza uma representação específica do espaço societal. Eles foram desenvolvidos pela burguesia como uma forma de sua hegemonia. A burguesia, desde o início, soube mover-se como um virtuose dentro desse espaço simbólico e, ao mesmo tempo, soube como excluir outros atores sociais.

O espaço público designa o lugar onde a informação factual, um ponto de vista bem fundamentado e um juízo razoável se formam a partir de opiniões, mexericos, e rumores. O espaço público, tal como organizado pela imprensa, representa um domínio poderoso sobre a comunicação societal que, se não for mantido sob controle, poderia deixar o círculo da economia doméstica disseminar-se incontrolavelmente a passos largos, levando, de maneira difusa, à inquietação social. Pode-se caracterizar o espaço público como uma espécie de expressão da opinião passível de ser circunscrita, pode-se ter uma visão geral de como ela se espalha e localizar suas origens. Surge então o princípio de atribuição e de autoria, com o qual se pode mercantilizar um item de informação e atribuir-lhe um valor.

O espaço público, portanto, não é, visto de fora e *a posteriori*, subordinado ao poder do capital; em vez disso, já em termos de seu próprio princípio, é um modo de valorizar e controlar a comunicação societal. Na base dessa subordina-

ção, o que se alega haver de mais público, a formação de opiniões dentro do espaço público, transforma-se em propriedade privada e, como tal, direciona a articulação de interesses. Atribuição e autoria tornam possíveis o debate público e mesmo as ações judiciais. Pode-se negar uma notícia, não um rumor. Os noticiários proporcionam segurança comportamental, permitindo às pessoas formar expectativas e fazer cálculos de utilidade. Tais noticiários – mantidos em forma estável, validados e autorizados – são extremamente importantes para a ação econômica e política a longo prazo numa economia baseada em mercados anônimos e cegos. Eles produzem clareza e inteligibilidade para os atores econômicos a respeito de quais expectativas são racionais e quais ações são prudentes.

No que se refere à dominação política, em que o conhecimento pode ser monopolizado, os noticiários e a informação criam uma considerável fonte de poder; pois os dominados nunca podem saber exatamente o que os outros estão fazendo, quais modos de comportamento coletivo estão se desenvolvendo e tendo sucesso, e quais reações e decisões políticas terão de enfrentar. Dessa relação de dominação política como dominação através do conhecimento resulta um modelo específico de crítica burguesa da dominação. De acordo com esse modelo, o caráter democrático de um Estado é medido em termos de se, e em que medida, ele monopoliza o conhecimento no interesse do uso do poder. O poder de Estado consiste, nesse modelo, numa vantagem de conhecimento em relação aos indivíduos, quer tal vantagem seja criada pela vigilância, pela polícia ou pelas agências de inteligência, quer venha de políticas de informação que enganam os cidadãos, e que através da informação enganosa lhes transmitem expectativas falsas sobre o futuro. A democracia representativa, ao contrário, é um mecanismo de coordenação política que torna a ação do Estado dependente da formação de opiniões no espaço público.

Se o espaço público for definido por características tais como fidedignidade nas notícias, responsabilidade pelas idéias, autoria, correção nos procedimentos e orientação visando o Estado, então as formas de discussão que se encontram no ambiente doméstico e entre as mulheres devem ser consideradas tagarelice inútil, mexerico e rumor perigoso, aos quais não se deve dar importância. Não obstante, tal conversa, assim como a dos motoristas de táxi, é uma fonte de informação para a formação das opiniões e a tomada de decisões dentro do espaço público porque se suspeita que aí são expressas opiniões que, embora não-civilizadas e irracionais, indicam, precisamente por causa disso, formas de comportamento profundamente arraigadas. É a opinião doméstica, popular, a que se permite expressão e que é então ouvida, no carnaval, nos cabarés e em piadas, por um tempo limitado e de maneira convencional, socialmente difusa. A sociologia anda tentando, por meio do uso de procedimentos qualitativos sofisticados, captar essas formas de comunicação social cotidiana em termos de um assim chamado segundo espaço público.

Esta tentativa vem freqüentemente associada à pressuposição de que há, nesse segundo espaço público, opiniões cruamente autoritárias, perigosas que, trazidas ao espaço público propriamente dito e confrontadas com a força não-violenta do melhor argumento seriam, necessariamente, racionalizadas.

3. Quando se olha atentamente para a lógica de tal ordem simbólica vê-se que seu arranjo é assimétrico. O espaço público é considerado de várias maneiras melhor que o privado. No pólo público encontram-se idéias como liberdade, democracia, racionalidade e universalidade, discussão, interação social, decisão, vontade e autoridade. Essas propriedades são reservadas àqueles que ocupam esta parte do espaço simbólico, ou seja, homens. Tais propriedades, pelo contrário, não são aplicáveis ao que se designa como privado. Aqui encontra-se um exercício do poder que o Estado e a administração utilizam apenas tendo em vista interesses particulares e privados, e que, portanto, é visto como limitador da liberdade e não-democrático. Esse tipo de exercício privado do poder existe, por exemplo, na formação de compromissos corporativos entre grandes associações, tais como sindicatos e associações de empregados, ou dentro da família e entre mulheres. O caminho da emancipação é estabelecido, e alega-se que percorre o eixo simbólico do privado para o público.

É nessa forma que a emancipação das mulheres também tem sido aceita nos últimos anos. As mulheres entram no mercado de trabalho; defendem seus interesses no espaço público; e agem politicamente. Ao mesmo tempo, questionam os estreitos limites da privacidade familiar e deixam claro que o espaço simbólico do privado é ele mesmo criado politicamente. Os homens o removeram do espaço público tendo em vista seus próprios interesses particulares, os mesmos homens que reservaram o espaço público e o Estado para si próprios como um lugar privilegiado, e que destinaram as mulheres e as crianças à família como esfera privada. A família era o espaço do refúgio e da segurança para os homens, ao qual podiam retornar quando exaustos, ou quando carentes de apoio moral e amoroso; e ao qual se dedicavam quando sobrava tempo depois dos negócios diários, das discussões públicas em tavernas, e depois da política ou do serviço cívico voluntário.

Há três questões empíricas contrárias à idéia de que a emancipação percorreu, historicamente, o eixo ao longo do qual o privado torna-se progressivamente público. Primeiro, o Estado de bem-estar social tem atraído nas últimas décadas o trabalho das mulheres em escala considerável; e há de fato muitas mulheres empregadas no setor público. O Estado e o espaço público têm sido, portanto, moldados pelas mulheres em grau importante.

Segundo, o neoliberalismo teve sucesso em iniciar um movimento inverso do público para o privado. Esse processo de privatização é concebido como uma

desburocratização e um aumento da iniciativa, da liberdade, da responsabilidade e da participação dos cidadãos. Isso altera o conceito do privado, uma vez que agora bens públicos tais como transporte, sistemas de comunicação e previdência social são produzidos privadamente, e como um meio de acumulação do capital. Embora fosse uma das metas centrais da esquerda e do movimento das mulheres transformar a vida privada da família e as práticas arcanas do Estado por meio da expansão do espaço público, extensiva e intensivamente, hoje vemos uma contra-reação cujo objetivo é limitar o domínio do Estado. Isso também restringe a gama de tópicos que pode ser discutida no espaço público – o que, entretanto, é considerado altamente desejável.

Terceiro, há uma necessidade empiricamente observável de privacidade por parte de homens e mulheres, que se sentem sobrecarregados por exigências da carreira, carentes de tempo livre e recreação, e sob tremenda pressão para se ajustar em sua expressão pública e comportamento, e em seu trabalho. Eles exigem, como um direito, que o Estado e o público não intervenham em todas as decisões privadas.

4. Mais importante que tais objeções empíricas, parece-me, é o problema sistemático relacionado ao conceito de espaço público. Imaginemos que todas as formas privadas de vida tenham se tornado públicas por um processo de catálise emancipatória. Neste caso, o espaço público exerceria vigilância e controle permanentes sobre todas as formas de expressão individual, uma vez que todos os interesses, necessidades e pensamentos teriam um significado público imediato. O espaço público seria total; na verdade, totalitário. O espaço público seria então completamente transparente para si mesmo, e, na linguagem da filosofia da consciência, o substituto institucional para a identidade entre sujeito e objeto. Tal modelo se realiza no programa de televisão *Big Brother*, hoje em dia exibido em vários países da Europa. Neste programa, a vida privada de um grupo de pessoas, que vivem voluntariamente juntas durante vários meses, é exibida na televisão. Para os propósitos do espetáculo, tudo o que os participantes fazem é registrado sem interrupção pelas câmaras. A privacidade não existe.

Duas coisas parecem-me, devem ser observadas aqui. Primeiro, a vigilância total sobre o privado provoca uma imensa banalização do que se observa. O privado é agora completamente público e torna-se um fluxo desinteressante de eventos cotidianos sem valor como notícia. Mas como ele tem lugar dentro do espaço público, os participantes transformam-se conseqüentemente em pessoas públicas e estrelas de um novo tipo na indústria cultural que, como não pode pensar em mais nada, mercantiliza a vida cotidiana. Surge assim uma espécie de superabundância informacional.

Além disso, como uma segunda conseqüência, o espaço público é reconhecido, ainda mais que antes, como uma esfera que chama pouco a atenção. O

resultado é que o espaço público é, ele próprio, dividido em vários segmentos hierarquicamente relacionados entre si, cada um deles caracterizado por diferentes formas de administração do conhecimento. Não se trata mais de comunicação pública, em que os cidadãos participam com argumentos e contra-argumentos. Torna-se decisivo ter a oportunidade e a capacidade de se proteger da informação, de escolher seletivamente e, em cada caso, decidir o que conta como publicamente relevante. Tal prática de seleção – a possibilidade de recusar a comunicação pública – torna-se a base de novas formas de poder.

Um fenômeno semelhante pode ser observado na Internet. A Internet é inundada com informações em tempo real e os noticiários não são verificados pelos editores. Como resultado, ouve-se a queixa de que todos os tipos de rumores podem se propagar sem filtragem, provocando irritações nas bolsas de valores e na política. Como reação a essa volta do rumor não apenas são estabelecidas zonas de acesso restrito na forma de coletivos de comunicação, mas as grandes empresas estão tentando instaurar novas regras de propriedade com o objetivo de assegurar a autoria e a responsabilidade pela comunicação, dessa forma preservando seu valor. Para se contrapor à comunicação que é demasiado aberta e incontrollável, criam-se redes de alta velocidade com acesso limitado, tanto técnica quanto socialmente, cujo uso é muito dispendioso.

5. Pretendo agora examinar melhor o paradoxo ligado ao objetivo da emancipação mediante a entrada no espaço público. Supõe-se que a discussão pública ajude a coordenar racionalmente os interesses particulares. Isso é necessário enquanto houver interesses e atitudes não-rationais. Se o mundo da vida se torna tão racionalizado que todos agem apenas em público e de maneira universalista tendo em vista o Outro Geral¹, então não haveria mais privacidade alguma; não surgiriam mais interesses particulares que precisassem ser discutidos publicamente. Dessa maneira, o espaço público estaria solapando seus próprios fundamentos. O espaço público é dependente de seu oposto, a esfera privada e sua particularidade. Aqueles que vêem o espaço público conectado a uma exigência de emancipação – na Alemanha, especialmente Jürgen Habermas – percebem isso. Como eles concebem a emancipação apenas ao longo do eixo simbólico público-privado,

¹ Outro geral: conceito empregado por Jürgen Habermas e Seyla Benhabib em conexão com as pesquisas de Lawrence Kohlberg sobre o desenvolvimento cognitivo da moral. Refere-se a um estágio moral em que os indivíduos agem moralmente de modo pós-convencional, ou seja, os critérios da ação poderiam ser justificados virtualmente à luz de contra-argumentos. O estágio superior do desenvolvimento moral consiste em um indivíduo poder integrar desde o início em sua ação às perspectivas do conjunto dos atores.

limitam necessariamente o conceito de emancipação, e defendem as práticas privadas, irracionais e particulares do mundo da vida. A esfera privada não deveria ser completamente dispersa; interesses privados, particulares, precisam persistir, de modo que continue a existir “material” que possa ser publicamente racionalizado. “O espaço público político pode, naturalmente, desempenhar sua função de lidar com os problemas sociais gerais apenas na medida em que ele próprio se forma a partir dos contextos comunicativos daqueles que são afetados”, ou seja, aqueles que estão sofrendo os custos externos e as perturbações internas do sistema econômico e político-estatal. “Pois o espaço público deriva seu impulso do processamento privado de complexos de problemas sociais que têm ressonância para as biografias individuais.” (Habermas, 1992, pp. 44-ss.)

O espaço público torna-se assim, em consequência da maneira como o público é concebido, tão circunscrito que, no fim, é apenas uma idéia reguladora, uma virtualização e uma norma à qual não é permitido alcançar sucesso real no mundo real. No fim, nem tudo pode, na verdade, ser incluído no espaço público; resta apenas a possibilidade de tal inclusão.

A meu ver, essa dialética no conceito de espaço público cria assim, a partir de si mesma, aqui o privado, e lá o público. Habermas introduziu o espaço público como um conceito pós-metafísico, contudo pode-se ver, no exemplo desse conceito, que, e também como, a sociedade burguesa moderna não é capaz de superar a metafísica. Pois se a metafísica é, de acordo com Derrida, caracterizada pela presença, pelo presente e pela transparência, então o espaço público universalmente abrangente seria pura presença e transparência. Porém, isso é exatamente o que o espaço público não pode ser sem se dispersar. Por isso, é entendido como um adiamento, um processo em que cada opinião pode ser criticada e substituída por outras expressões de opinião. O espaço público não pode nunca parar em si próprio; em vez disso, precisa sempre adiar-se, precisa continuamente se diferenciar de si próprio por meio de conflitos de opinião. Para isso precisa da esfera privada e se desenvolve apenas através das inúmeras expressões privadas de opinião.

O espaço público precisa limitar-se, apesar de seu impulso em direção à generalidade abrangente, e desistir de incluir todas as áreas da sociedade. Ele deve permitir ao Estado, assim como à economia – o público e o privado – operar independentemente: “Uma consequência disso para os movimentos democráticos originários da sociedade civil é que eles devem renunciar ao objetivo de uma sociedade auto-organizada, um objetivo que constituiu a base para, entre outras, a idéia marxista da revolução social. A sociedade civil pode somente transformar diretamente a si mesma e indiretamente influenciar a autotransformação do sistema político constitucionalmente organizado (...) Mas ela não ocupa o lugar de um meta-sujeito extraído da filosofia da história que supostamente coloca toda a sociedade sob seu controle e,

ao mesmo tempo, age legitimamente por ela” (Habermas, 1992, p. 450). A fim de evitar sua própria transformação na identidade da metafísica, o espaço público requer o Estado e a economia, sob os quais os indivíduos sofrem tanto, de forma que tais indivíduos tenham algo de público para discutir.

6. O tipo de espaço público sugerido por Habermas apresenta-se como um dispositivo antimetafísico. Dessa perspectiva, ele parece crítico e emancipatório. Porém se se considera a verdadeira lógica na qual o argumento está baseado percebe-se que a *différance*² desenvolvida no, e mediante o espaço público, assenta-se num enorme complexo de poder, que se desenvolve internamente, ou seja, no interior do próprio espaço público. Gostaria de introduzir dois argumentos a favor dessa alegação.

a) A alegação de que ocorre uma inclusão por meio do espaço público e do debate público aplica-se ao próprio espaço público e a seus mecanismos. Pode-se constatar empiricamente que não existe um espaço público unificado e abrangente; há em vez disso uma multiplicidade de espaços públicos. Porém isso contradiz a própria alegação, pois desta maneira o princípio do espaço público é destruído. É certamente uma questão interessante determinar quando uma relação comunicativa societal deve ser considerada pública, mas, deixando isso de lado, pode-se verificar a existência de

² O conceito de *différance* remete a Jacques Derrida e refere-se ao significado particular do jogo dos significantes e da escrita perante a fala, o logos. Assim sendo, é um conceito que se volta criticamente contra a tradição metafísica que vê na escrita apenas um signo, uma marca do pensamento que se exprime. A fala significa presença, puro presente. Em contrapartida, a escrita se caracteriza pelo adiamento, o significado produzindo-se apenas por meio de novos significantes que se distinguem dos anteriores. Logo, o significado não se exprime pela escrita mas é construído pelo jogo dos significantes. O pequeno erro ortográfico em *différance*, o “e” substituído por um “a”, mostra claramente que apenas por meio da escrita, e não da fala, se produz uma diferença, e um adiamento se efetua. Mas o significado desse “a” precisa ser novamente explicado. Muito resumidamente, com o conceito de *différance*, Derrida pensa em algo semelhante à mediação em Adorno: um momento de adiamento temporal, uma estrutura complexa, um teor que não se deixa apreender diretamente. É verdade que a mediação em Hegel está inserida numa teleologia do sistema de pensamento que Derrida rejeita. Mas tal como a mediação em Adorno, o adiamento da escrita opõe-se à unidade do sistema. No entanto, da perspectiva de uma teoria crítica da democracia ficam claros também os pontos fracos do conceito de *différance*. Com efeito, o adiamento que se produz por meio de discussões públicas sempre renovadas e da formação de novas minorias tem, ao lado do significado antimetafísico, também um significado totalmente antiemancipador, a saber, impedir a transformação da situação estrutural da sociedade.

espaços públicos limitados que podem ser caracterizados por locais particulares, por estilos de argumentação, pelos próprios argumentos, tópicos, formas de manifestação, e modos de ação – por exemplo, um protesto na forma de uma greve por parte de trabalhadores e trabalhadoras, uma manifestação em frente ao parlamento, um artigo num jornal de bairro, uma roda de discussão subcultural, uma discussão no parlamento, ou um programa nacional de televisão a respeito da construção de usinas nucleares. Entretanto, o que me preocupa é outro ponto, a saber, a pressuposição de que, como um resultado da lógica interna do espaço público, esses espaços públicos limitados se tornem cada vez mais entrelaçados entre si, uma vez que os argumentos se generalizam, se ligam a argumentos em outros espaços públicos limitados e, dessa maneira, tornam esses outros argumentos (mais) públicos. É possível caracterizar do seguinte modo essa pressuposição: seria uma contradição se o espaço público que, por meio de argumentos propostos publicamente, envolve uma pretensão de universalidade, permanesse ele mesmo uma mera particularidade. Ao fim de qualquer discussão pública, de acordo com isso, deve haver um espaço público coerente.

Tal conclusão, entretanto, não pode ser empiricamente sustentada, como se vê a partir da análise que fiz de reportagens e comentários de dez jornais alemães e revistas semanais em um período de aproximadamente nove anos, que gostaria de mencionar rapidamente. A questão era a seguinte: como o espaço público reagiu aos movimentos de protesto contra as usinas nucleares, ampliações de aeroportos e o armamentismo – se ele via os atores dos movimentos como cidadãos pertencentes ao povo democrático, envolvido na discussão pública; considerava-se sua prática de desobediência civil como uma legítima expressão pública de opinião; e se reconheciam suas preocupações como questões públicas. Prestando atenção a como os atores, ou seja, grupos de ação e movimentos sociais, avaliavam seus argumentos e exigências factuais, bem como seu modo democrático de se expressar, torna-se claro que o espaço público alemão se dividiu em dois grandes blocos. De um lado, o bloco dos jornais favoráveis à inclusão, que estavam abertos aos argumentos e à participação. Durante todo o tempo dos maiores movimentos sociais de protesto eles deram voz aos atores e discutiram os argumentos séria e objetivamente. Do outro lado, havia o bloco da mídia favorável à exclusão. Era característico deste grupo de jornais nacionais, com argumentos públicos cada vez mais veementes, advogarem a exclusão no decorrer da onda de protestos, em particular, em reação à oposição do movimento pela paz contra o armamentismo da OTAN; na verdade, eles não queriam reconhecer uma parte do espaço público como tal.

Assim, não se pode derivar do conceito de espaço público garantia alguma de inclusão. Repetidamente um interesse deve se estabelecer publicamente a fim de ser reconhecido no espaço público. E é precisamente a lógica pós-metafísica da *différance* que exige que todos os interesses se estabeleçam publicamente dessa forma através da luta de opiniões, pois no espaço público há sempre opiniões contrárias. O espaço público é agonístico. Entretanto, uma relação de poder antagonica se desenvolve dentro dessa dinâmica: pois, repetidamente, as mulheres precisam lutar por seus interesses e por sua exigência de um lugar no espaço público; repetidamente, os indivíduos precisam argumentar contra o racismo; repetidamente, os assalariados precisam lutar por seus salários, por horas de trabalho aceitáveis e por seus direitos. Mas agora isto vale para todos os interesses; e é característico da sociedade burguesa como um todo que seja uma relação social que transforma a si mesma continuamente através da crítica, da competição e do conflito. Neste processo de autotransformação, contudo, alguns complexos de interesses são considerados merecedores de preservação e renovação, e outros não. Mas, sobretudo, alguns grupos sociais convivem melhor com essa transformação contínua que outros, porque essa é uma forma de vida que os beneficia.

b) *Différance* é um processo que se desenvolve no tempo, através de um texto, ao longo de um traçado ou de uma cadeia de significantes ou enunciados. Ato de comunicação seguem-se uns aos outros e devem ser mutuamente reconhecíveis como tais. Se eles ocorrem ao mesmo tempo, ou se são dispersos, sem conexão, ninguém pode ouvir ninguém. O espaço público exige uma ordem que organiza a comunicação, procedimentos que determinam quando e onde algo deve ser dito, quem deve falar e quem deve escutar, que peso a palavra de um orador deve ter com base em sua posição institucional, em que ordem os atos de fala devem acontecer, e, finalmente, que tipos de ação as palavras devem originar. Assim, o espaço público é um espaço institucionalizado de várias maneiras.

Há um tipo particular de pessoas que exercem o privilégio de falar no espaço público, que reivindicam para si próprias o tempo e o espaço disponíveis coletivamente para isso, que, ao mesmo tempo, as tornam indisponíveis para outros. Estas devem ouvir, elas constituem a audiência.

O papel do orador é institucionalizado no espaço público – ele pertence aos intelectuais. E para os intelectuais, assim como para os políticos, existe o problema da representação. Eles falam pelos outros, pelo público em geral. Se falarem publicamente uma ou duas vezes com sucesso, certa reputação ou carisma adere a suas palavras – eles falam pelo público em geral e a atenção do espaço

público lhes é garantida. Há uma pressuposição e expectativa generalizadas de que os intelectuais, ungidos pela localização de sua fala e pelo procedimento que os levou a este lugar, continuarão a falar pelo público em geral.

Os intelectuais, por seu lado, aspiram a essa expectativa, e alegam satisfazê-la mediante a expressão de suas opiniões. Nunca se pode demonstrar conclusivamente se são bem-sucedidos nisso. Pois o papel da audiência é, em geral, como Habermas explica, reduzido simplesmente a uma resposta sim ou não; a comunicação da audiência é assim restrita ao mínimo. Se a comunicação falha, e muitos indivíduos na audiência não se sentem representados, isso também não é, da mesma maneira, corrigível, pois os oradores não precisam reconhecer o insucesso, uma vez que sempre encontrarão alguém que concorda com eles e que compartilha a sua interpretação da situação.

E por fim os oradores públicos podem afirmar uma porção de coisas. Todos os demais são meramente indivíduos e pessoas privadas, os oradores públicos, entretanto, figuram publicamente e se movem em meio ao geral. Frequentemente, pessoas privadas individuais nem sabem que são seus interesses que estão sendo discutidos e, quando chegam a se defender com argumentos públicos e exigências de revisão, já é tarde, e outros já se aproveitaram da situação. O espaço público assenta-se sobre um modo de representação informal que sempre permite a formação de poder e priva a grande maioria do povo de sua capacidade de tomar decisões. Isto porque a grande maioria do povo simplesmente não tem o *savoir-faire* para perceber a função dos representantes: intelectuais públicos, jornalistas e políticos.

8. O poder envolvido no espaço público como espaço de discussão pública é ainda mais aumentado pelo fato de ele ser também em geral entendido como uma área que inclui a política e a ação governamental. A ação política tem lugar sob severos limites de tempo, o que cria suas próprias restrições. Isto pode ser visto, por exemplo, no desenvolvimento da teoria de Habermas. Este partiu da idéia de que o espaço público era um espaço de comunicação livre de dominação, onde os cidadãos podiam refletir juntos sobre decisões sem a restrição de ter de agir imediatamente e, depois de considerar todos os argumentos, chegar a uma decisão. Contudo, coisas demais precisavam ser comunicadas simultaneamente. Assim, introduziram-se procedimentos para limitar o alcance da comunicação: socialmente, com respeito ao conteúdo, e temporalmente – ninguém deve falar o tempo todo sobre tudo. A comunicação precisa ser aliviada desse fardo na medida em que é apenas a possibilidade de discutir tudo que é permitido.

Entretanto, muito do que é decisivo é simplesmente considerado como pano de fundo até novo aviso. Uma vez que a comunicação seria demasiado complexa

de outra forma, a sociedade moderna diferenciou uma esfera de ação político-administrativa, a fim de desonerar a comunicação da tomada de decisões. Essa esfera, em que os cidadãos vêm a se conhecer de forma democrática, é delimitada exatamente pelo mundo da vida dos interesses familiares privados, de um lado, e pelo domínio administrativo do Estado, de outro. A discussão pública é tal que ela se limita apenas a influenciar o processo legislativo, o qual, por sua vez, programa a ação do governo. Isto pode ser formulado também de forma restritiva: apenas atos comunicativos que contribuem publicamente, e que se dirigem ao processo político oficial de uma sociedade moderna, organizada de forma representativa, podem ser entendidos como públicos. Tudo o mais recai na esfera privada. Assim, em última análise, o Estado, por meio de um circuito recursivo, define indiretamente o que se deve considerar como discussão pública.

O Estado, contudo, define a comunicação pública em mais um sentido, pois ele constitui a esfera da decisão política. Nem tudo que é decidido resulta de comunicação prévia. Muito mais que isso, a política deve reagir a novos desafios: o aumento dos preços do petróleo, uma catástrofe ambiental, especulação monetária ou decisões tomadas por comitês internacionais. Em todos esses casos o parlamento é chamado a concordar com decisões tomadas pelo governo. O espaço público pode então criticar a ação política depois do fato consumado. Mas isso não tem conseqüências. O Estado ganhou tempo e criou fatos. A possibilidade, ligada ao conceito de espaço público – isto é, fazer virtualmente de tudo objeto de discussão pública – sofre mais uma vez irremediavelmente de uma inevitável não-simultaneidade: a discussão pública sempre chega tarde demais.

9. A meu ver o eixo simbólico público-privado deve ser entendido como uma forma de hegemonia burguesa. O que deve ser considerado público ou privado é definido pelo Estado. Desta maneira, cria-se um espaço simbólico que organiza a ação societal, forçando-a a conquistar certo grau de mobilidade e dinâmica, mas também envolvendo esse movimento e essa dinâmica em contradições e paradoxos. O espaço público cria, a partir de si mesmo, a necessidade da privacidade e do Estado; e, assim sendo, a necessidade do oposto daquilo que pretende ser. A esquerda e o movimento feminista, assim como todos os outros que ao longo de décadas exigiram a transformação da esfera privada em espaço público, tiveram de se confrontar com esses paradoxos. O privado e o público não têm um sentido estável, e requerem, em conseqüência, uma enorme mobilidade.

No meu entender, o público e o privado, de maneira semelhante a esquerda e direita, ou governo e oposição, são divisões simbólicas de, e limites a, práticas sociais, que têm lugar num espaço que gostaria de caracterizar, seguindo Gramsci (a despeito de algum equívoco que isso possa causar), como “sociedade civil”.

Esta é uma grande área tida como privada – jornais e canais de televisão sendo naturalmente propriedade privada – que Gramsci, contudo, via como uma extensão do Estado uma vez que este determina o que é privado e o que é público. Embora o Estado no sentido mais restrito consista nos meios de violência, governo e administração, a sociedade civil é uma área em que partidos sociais abrangentes se formam, generalizando seus interesses através de coalizões políticas e procurando impor sua visão de mundo particular sobre os outros. É aqui, nos conflitos cotidianos, que são criadas as relações de poder que fornecem aos atores o tipo de conhecimento que os levam a acreditar que devem permitir serem dirigidos e governados pelo Estado.

A sociedade civil é, dessa forma, a fundação do Estado na medida em que, aqui, são produzidas as práticas e atitudes cotidianas que proporcionam continuidade ao governo do Estado e sua aplicação da força. É uma área que representa uma relação de poder complexamente organizada entre classes sociais e gêneros, e que envolve muita coisa: revistas, especializadas ou destinadas ao público em geral, jornais, nomes de ruas, bibliotecas e editoras, grupos armados e serviços de segurança privados, círculos políticos e galerias, núcleos educacionais e academias, centros de aconselhamento e de terapia, a publicidade e os cinemas, discotecas e academias de ginástica, associações de consumidores e organizações não-governamentais, subculturas e clubes. Em todas essas áreas indivíduos e grupos sociais empreendem disputas sobre estilos de vida coletivos habituais e a natureza da rotina, uma disputa que se assenta num consenso silencioso entre as pessoas na vida cotidiana, um consenso que é condição fundamental para a persistência da dominação.

O conceito de “espaço público” é demasiado inexato sociologicamente para ser útil na análise desse complexo. Ele pode, contudo, funcionar como um esquema para modelar constelações de poder. O eixo público-privado mostra que a base do consenso dentro do Estado político se desloca, e os modos habituais de ação coletiva mudam. Dessa perspectiva, pode ser importante na política lutar pelo reconhecimento de uma relação social como pública, mas então se trata de um *meio* para a emancipação, não do fim em si mesmo. Esses meios podem eles próprios tornar-se contraproducentes, porque vêm iniciar uma nova onda de crescente poder para o Estado, ou de privatização.

Referência bibliográfica:

HABERMAS, Jürgen. *Faktizität und Geltung. Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats*. Frankfurt am Main, 1992.

DEMIROVIC, Alex. A hegemonia e o paradoxo do público e do privado. Contribuição à crítica do conceito habermasiano de espaço público. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.19, 2004, p.81-95.

Palavras-chave: Espaço público; Habermas; Sociedade civil.